



Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço

Praça 10 de Agosto nº 10 – Centro - CNPJ – 27.174.127/0001-83/Tel. (28) 3.551.1177/1166.

RELACI - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Controladoria Geral Municipal de Divino de São Lourenço – ES.

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social

Gestor responsável: Jeruza Nery Miranda

Controlador: Antônio João Machado de Souza

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1. 1. Introdução

A principal finalidade da Controladoria Geral Municipal (CGM) é a proteção do patrimônio público, através da execução de controles prévios e concomitantes, objetivando orientar aos gestores e garantir a adequada aplicação dos recursos públicos e sua transparência.

Nesta seara, foram traçadas ações de controle, a CGM realizou durante o exercício de 2024, diversas intervenções na Administração Municipal, promovendo, dentro do que foi demandado ou que tenha tomado conhecimento, ações pontuais em procedimentos administrativos internos, recomendações diversas, treinamentos de servidores, monitoramento de ações nos Portais da Transparência, além de outros atendimentos de demandas advindas dos Órgãos de Controle Externo.

A seguir, constam os objetos selecionados para avaliação na Unidade Gestora, tendo como base a Tabela Referencial 1, constante na IN TC Nº 68/2020.

Código: 1.3.1

Ponto de controle: Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis, registro contábil compatibilidade com inventário.

Processos Administrativos analisados: BALPAT, DAESBMO e TERMOV; BALPAT, DA-ESBIMO E TERIMOV; BALPAT, DAESBALM, DAESBALM-MP e TERALM;

Base legal: CRFB/88, art.37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts.94 a 96

Procedimento: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis e registro contábil em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.

Universo do Ponto de Controle: Bens de Almoxarifado encontram-se zerados; Bens Móveis R\$ 803.686,84, (Oitocentos e Três Mil, Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos);



Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço

Praça 10 de Agosto nº 10 – Centro - CNPJ – 27.174.127/0001-83/Tel. (28) 3.551.1177/1166.

Bens Imóveis R\$ 614.730,56 (Seiscentos e Quatorze Mil, Setecentos e Trinta Reais e Cinquenta e Seis Centavos); e Bens Intangíveis – Não foram identificados bens intangíveis no Fundo Municipal de Assistência Social.

Amostra Selecionada: Bens de Almoxarifado encontram-se zerados; Bens Móveis R\$ 803.686,84, (Oitocentos e Três Mil, Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos); Bens Imóveis R\$ 614.730,56 (Seiscentos e Quatorze Mil, Setecentos e Trinta Reais e Cinquenta e Seis Centavos); e Bens Intangíveis – Não foram identificados bens intangíveis no Fundo Municipal de Assistência Social.

Constatações: De acordo com os documentos TERALM, vê-se que não há diferença entre o registro contábil e o inventário (almoxarifado).

Código: 1.3.3

Ponto de Controle: Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação.

Processos Administrativos Analisados: Extratos bancários e EXTBAN;

Base Legal: LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do artigo 164 da CRFB/88

Procedimento: Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

Universo do Ponto de Controle: Banco 001 - Agência 0370-0 = total de 09 (nove) contas bancárias; Banco 021 - Agência 0169 = total de 06 (seis) contas bancárias.

Amostra Selecionada: Banco 001 - Agência 0370-0 = total de 09 (nove) contas bancárias; Banco 021 - Agência 0169 = total de 06 (seis) contas bancárias.

Constatações: Todos os recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social são depositados em Instituições Financeiras oficiais – Art. 164 § 3º da CF/88.

Código: 1.3.4

Ponto de Controle: Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação Processos Administrativos Analisados: Extratos bancários; EXTBAN; TVDISP; BALPAT; BALFIN; DEMFCA

Base Legal: Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96

Procedimento: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.

Universo do Ponto de Controle: R\$ 896.738,99 (Oitocentos e Noventa e Seis Mil, Setecentos e Trinta e Oito Reais e Noventa e Nove Centavos).



Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço

Praça 10 de Agosto nº 10 – Centro - CNPJ – 27.174.127/0001-83/Tel. (28) 3.551.1177/1166.

Amostra Selecionada: R\$ 896.738,99 (Oitocentos e Noventa e Seis Mil, Setecentos e Trinta e Oito Reais e Noventa e Nove Centavos).

Constatações: Foram confrontados os saldos em 31 de dezembro de 2024, entre os valores contabilizados e os extratos bancários, achando-se conformes.

Código: 1.3.5

Ponto de Controle: Dívida Ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis.

Processos Administrativos Analisados: BALPAT, DEMDIF e DEMDFL

Base Legal: Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96

Procedimento: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.

Universo do Ponto de Controle: Demonstrativo da Dívida Fundada, Demonstrativo da Dívida Flutuante e Balanço Patrimonial.

Amostra Selecionada: Demonstrativo da Dívida Fundada, Demonstrativo da Dívida Flutuante e Balanço Patrimonial.

Constatações: Em avaliação de demonstrativos DEMDIF E DEMDFL e BALPAT, há coerência, sendo que a Dívida Fundada encontra-se zerada, a Dívida Flutuante apresenta saldo de R\$ 21.518,63 (Vinte e Um Mil, Quinhentos e Dezoito Reais e Sessenta e Três Centavos) e no BALPAT, apresenta saldo patrimonial de R\$ 1.853.870,18, (Um Milhão, Oitocentos e Cinquenta e Três Mil, Oitocentos e Setenta Reais e Dezoito Centavos).

Código: 1.5.1

Ponto de Controle: Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE

Processos Administrativos Analisados: Documentos da PCA enviada ao Controle Interno.

Base Legal: IN regulamentadora da remessa de prestação de contas

Procedimento: Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.

Universo do Ponto de Controle: Documentos da PCA enviada ao Controle Interno

Amostra Selecionada: Documentos da PCA enviada ao Controle Interno.

Constatações: De acordo com os documentos apresentados, integrantes do PCA, após verificação, detectamos que os mesmos atendem a Normativa do TCE.

Código: 1.5.7

Ponto de Controle: Servidores cedidos.

Processos Administrativos Analisados: Termos de Cessão – Não houve.

Base Legal: CF/88, art. 40. LRF, art. 69.



Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço

Praça 10 de Agosto nº 10 – Centro - CNPJ – 27.174.127/0001-83/Tel. (28) 3.551.1177/1166.

Procedimento: A Secretaria de Assistência Social do Município de Divino de São Lourenço – ES., não dispõe de RPPS, todos os servidores são vinculados ao RGPS – INSS.

Universo do Ponto de Controle: Termos de Cessão/Decretos

Amostra Selecionada: Termos de Cessão/Decretos

Constatações: Não consta, inseridos em “Informações de Gestão” do site: www.dslourenco.es.gov.br, servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Divino de São Lourenço – ES., cedido a outro Município, Órgão ou Entidade., O Município não possui RPPS, todos os servidores são vinculados ao RGPS - INSS.

Código: 2.5.7

Recomenda-se ao Secretário Municipal de Assistência Social, que somente autorize a cessão de servidor, desde que as atividades do mesmo sejam dispensáveis à Secretaria e ao interesse público.

1.2 MEDIDAS RECOMENDATÓRIAS:

Ademais, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Não foram apresentadas proposições ao gestor responsável em face da ausência de registro de irregularidades, entretanto, reforçamos as medidas para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno na administração pública.

1.3 PONTOS DE CONTROLE DA TABELA REFERENCIAL 1, CONSTANTES DO ANEXO III DA IN TC Nº 68/2020, NÃO SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, constantes da Tabela Referencial 1 do Anexo III da IN TC nº 68/2020, apenas os pontos que estão elencados na tabela de que trata o item 1.1 foram selecionados.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta CGM ano de 2024, em razão da reformulação da estrutura da CGM e a necessidade de outras providências, dentre elas a reformulação das Instruções Normativas, observando que as inspeções e auditorias, deverão acontecer, assim que se dispuser de Auditores em seu quadro, pois ainda não possui, uma vez que isso ocorrerá com Concurso Público, e, observando que a CGM – Controladoria Geral do Município de Divino de São Lourenço – ES., conta com apenas 01 (um) servidor.

2 – AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

2.1 - AUDITORIAS

Em decorrência de a CGM contar efetivamente somente com um (01) servidor, mas com vistas ao cumprimento de algumas ações de auditoria interna, para o exercício de 2024, foi feito o



Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço

Praça 10 de Agosto nº 10 – Centro - CNPJ – 27.174.127/0001-83/Tel. (28) 3.551.1177/1166.

acompanhamento da execução orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, com o escopo de realizar a verificação e análise do cumprimento do índice legal de aplicação de recursos com a Assistência no Município de Divino de São Lourenço – ES.

Ao longo do exercício, foram constatados a adequada aplicação dos recursos provenientes de impostos e transferências, em cada bimestre, em ações e serviços públicos de Assistência Social, dentro dos percentuais mínimos previstos na legislação.

2.2 - OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

2.2.1 - TREINAMENTOS E ORIENTAÇÕES DE SERVIDORES.

Orientações aos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social sobre as ferramentas do Portal da Transparência, bem como orientações diversas sobre os procedimentos normativos internos. Destacamos a implementação de ferramenta no site da Prefeitura, para Seleção de Designação Temporária onde os candidatos aos processos seletivos simplificados, deflagrados pelo Poder Executivo, podem realizar suas inscrições eletronicamente e ainda, obter informações sobre a contratação temporária e demais atos da seleção pública.

Em especial, tal ferramenta foi utilizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para seleção pública simplificada de profissionais para técnicos, Assistente Social, Psicólogos e outros.

3 – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG

3.1 – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE).

Não houve nenhum processo de Tomada de Contas Especial instaurado no exercício de 2024, de Assistência Social, que tramitou neste Órgão de Controle Interno.

3.2 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Não houve nenhum procedimento administrativo disciplinar, instaurado no exercício de 2024, que tramitou neste Órgão de Controle Interno.

Divino de São Lourenço - ES, 18 de março de 2025.

Antonio João Machado de Souza
Controlador